



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO  
ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO (PMRC) E DE OUTRO A EMPRESA MAESTRO COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME, NA FORMA ABAIXO.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS – MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO Nº. 153/2016

ABERTURA: 19 DE AGOSTO DE 2016

Horário: 08:50 (Horário de Brasília)

Aos 22 de Agosto de 2016, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Coronel Emílio Gomes, nº 731, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO*, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.038.666/SSP-MG e inscrito no CPF/MF sob nº 089.954.609-97, pelo Secretário Municipal de Administração, em caráter interino, Sr. *FÁBIO ANTONIO BATISTA DA ROSA*, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.291.922-8/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 033.641.219-31, pelo Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, Sr. *ORIVALDO MARQUES*, casado, funcionário público, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.877.831-5/SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 515.318.879-53, pelo Secretário Municipal de Finanças, em caráter interino, o Sr. *JOEL ABÍLIO NUNES*, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.067.208-7/SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 532.900.899-91, pelo Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, o Sr. *BENÍCIO MARECA*, solteiro, agropecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.250.580-2/SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 367.022.699-00, pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. *REGINA MARGARETH NOGUEIRA FERNANDES*, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3.386.684-4/SSP-PR e inscrita no CPF/MF nº 699.826.789-49, pela Secretária Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, a Srta. *EDILAINE CAVALHIÉRI FAGANELLI*, solteira, funcionária pública municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8.930.377-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF nº 059.113.859-02, pelo Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços, o Sr. *SIDNEI MOLINI*, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.801.417-8/SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 654.000.119-34, pela Chefe de Gabinete, em caráter interino, a Srta. *VANUBIA CÁSSIA OLIVEIRA*, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.617.889-1/SSP-PR e inscrita no CPF/MF nº 066.713.999-05, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 09.268.008/0001-08, com sede à Rua Coronel Emílio Gomes, nº 731, bairro Centro, nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada pela Presidente, a Sra. *ANA MARIA BAGGIO MOLINI*, casada, servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.767.571/SSP-SP e inscrita no CPF/MF nº 367.065.409-78, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, doravante denominada de **CONTRATANTE**, em face da classificação das propostas de preços no **Edital de Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços**, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, **RESOLVE** registrar os preços para **execução de serviços/ fornecimento de produtos** constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa **MAESTRO COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME**,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO  
ESTADO DO PARANÁ



pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 22.895.723/0001-39, com sede na Rua Padre Mello, nº 777, na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, CEP: 86.400-000, neste ato representada por seu procurador, o Sr. *LUIZ FERNANDO BRUNHARI*, brasileiro, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.529.030-6 SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº 066.461.819-77, residente e domiciliado na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 06 (seis) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo **Governo Municipal; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esportes e Lazer; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Finanças; e Secretaria Municipal de Saúde**, como **ÓRGÃO GERENCIADOR**, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. **GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO**, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, o Sr. **LUIZ FERNANDO BRUNHARI**, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 070/2016 e seus Anexos, Processo nº. 153/2016, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a possível aquisição de gêneros alimentícios diversos, para uso nas Secretarias, Departamentos e Unidades Municipais, pelo período de 06 (seis) meses.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	APRES	QUANT	VLR UNIT (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
15	AGUA MINERAL - FLUORETADA E HIPOTERMAL - EMBALAGEM EM PLASTICO RESISTENTE COM TAMPA - C/ DADOS DE IDENTIFICACAO DA FONTE, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE ENVASE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MIN. DA SAUDE -GALAO 5 LITROS	ELEVE	Uni	50	5,35	267,50
16	ACUCAR CRISTALIZADO - TIPO 1 - SACAROSE DE CANA-DE-ACUCAR NA COR BRANCA - EMBALAGEM EM PLASTICO RESISTENTE C/ DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE (RESOLUCAO 12/78 MIN DA AGRICULTURA E/OU MIN SAUDE) - PACOTE 5 KG	DOCE GRÃO	Uni	696	11,24	7.823,04
TOTAL						8.090,54

Valor total: R\$ 8.090,54 (oito mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

O objeto desta licitação *deverá ser entregue de maneira integral de forma fracionada, de acordo com a necessidade do Governo Municipal; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esportes e Lazer; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Finanças; e Secretaria Municipal de Saúde, em até 03 (três) dias úteis*, contado da emissão da Autorização de Entrega, expedida pelo Departamento de Compras ou funcionário designado para tal fim, conforme as condições estabelecidas nos Anexos deste Edital.

**Parágrafo único:** a execução do objeto desta licitação deverá ser feita no estabelecimento da Contratada, em horário comercial, de Segunda-feira a Sábado, ou no local expressamente



indicado na Autorização de Compras, correndo por conta da Proponente as despesas com frete, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas decorrentes do fornecimento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RECEBIMENTO

O objeto da presente licitação será recebido após vistoria e observadas as especificações contidas no presente Edital, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa apresentada.

3.1. Constatadas irregularidades no objeto licitado, o Licitador poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Proponente Vencedora deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ajustado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a Proponente Vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Licitador, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ajustado.

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Pregão Presencial correrão por conta de recursos orçamentários próprios do **Governo Municipal; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esportes e Lazer; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Finanças; e Secretaria Municipal de Saúde**, como seguem:

Org/ Uni	Classificação Orçamentária					Classificação Econômica	Despesa	Fonte Recursos	Descrição Fonte Recursos	Descrição Despesa
0201	04	122	0001	2	001	3.3.90.30.07.12	1883	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0202	04	122	0001	2	004	3.3.90.30.07.12	2324	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0301	22	861	0003	2	006	3.3.90.30.07.12	1677	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0501	08	244	011	2	040	3.3.90.30.07.12	866	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0502	08	243	011	2	041	3.3.90.30.07.12	2286	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0503	06	244	011	2	044	3.3.90.30.07.12	1659	739	Programa Boisa Família	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0503	06	244	011	2	046	3.3.90.30.07.12	2333	788	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0601	20	122	012	2	031	3.3.90.30.07.12	908	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0601	20	122	012	2	031	3.3.90.30.07.12	2287	504	Outros royalties	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0601	20	122	012	2	031	3.3.90.30.07.12	2288	510	Taxas- Exercício Poder de Polícia	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0901	04	122	016	2	060	3.3.90.30.07.12	2297	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0901	04	122	016	2	060	3.3.90.30.07.12	1142	504	Outros Royalties e Compensações Fin.	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0801	04	123	0014	2	062	3.3.90.30.07.12	1560	000	Recursos Ordinários – Livres-	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0801	04	123	0014	2	062	3.3.90.30.07.12	2296	504	Outros Royalties e Compensações Fin.	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1201	23	896	004	2	100	3.3.90.30.07.12	913	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1202	27	812	007	2	101	3.3.90.30.07.12	2298	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0701	15	451	0013	2	050	3.3.90.30.07.12	869	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0701	15	451	0013	2	050	3.3.90.30.07.12	2290	504	Outros Royalties e Compensações Fin.	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0701	15	452	0013	2	053	3.3.90.30.07.12	2293	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0701	15	451	0013	2	053	3.3.90.30.07.12	2294	511	Taxas – Prestação de Serviços	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0701	15	122	0013	2	054	3.3.90.30.07.12	2295	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
0702	26	762	0013	2	056	3.3.90.30.07.12	2335	000	Recursos Ordinários (Livres)	Gêneros alimentícios para copa e cantina



0702	26	782	0013	2	056	3.3.90.30.07.12	2336	504	Outros Royalties e Compensações Fin.	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1001	10	301	0015	2	070	3.3.90.30.07.12	2568	303	Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/G0 – 15%)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1001	10	301	0015	2	070	3.3.90.30.07.12	2569	329	Programa de Qualificação da Atenção Básica Primária a Saúde-APSUS	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1001	10	301	0015	2	070	3.3.90.30.07.12	2570	495	Atenção Básica	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1001	10	301	0015	2	070	3.3.90.30.07.12	2571	3303	Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/G0 – 15%)	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1001	10	301	0015	2	070	3.3.90.30.07.12	2572	3495	Atenção Básica	Gêneros alimentícios para copa e cantina
1001	10	301	0015	2	075	3.3.90.30.07.12	2573	495	Atenção Básica	Gêneros alimentícios para copa e cantina

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1.. O pagamento dos serviços será efetuado à vista, em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos produtos mediante apresentação de Nota Fiscal.

5.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela Proponente Vencedora, ou seja, com o CNPJ idêntico ao da documentação apresentada para habilitação na licitação, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação das mesmas devidamente retificadas.

5.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Proponente Vencedora ou em cheque nominal.

5.3.1. A proponente vencedora deverá transcrever no corpo da Nota Fiscal o número da Agência e Conta Corrente da empresa.

5.4. Para a efetivação do pagamento, a Proponente Vencedora deverá apresentar prova de regularidade relativa à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Secretaria da Receita Federal, inclusive como prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS; Certificado de Regularidade do FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, para atestar seu adimplemento perante os órgãos competentes. Na falta das certidões solicitadas os pagamentos serão bloqueados sendo liberados somente após a sua apresentação.

5.5. O preço unitário que vigorará para o presente certame para cada item, será o oferecido pela Proponente Vencedora.

5.6. Nos preços estarão contemplados os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios e constituirá a qualquer título a única e completa remuneração pela adequada e perfeita entrega dos itens objeto desta licitação.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá a vigência de 06 (seis) meses, ou seja, de 23 de Agosto de 2016 a 22 de Fevereiro de 2017, momento em que se encerrará a obrigação recíproca das partes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Pelo presente Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar o fornecimento na forma ajustada:

I - Efetuar a entrega dos produtos em até de maneira integral de forma fracionada, em até 03 (três) dias úteis, após a emissão de Ordem de Serviços, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas decorrentes do fornecimento;

II - Emitir Nota fiscal, com nome e marca do(s) produto(s) fornecido(s), número do Pregão, número do Contrato, lote e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela contratante;

II - Emitir Fatura, com o nome do(s) produto(s) fornecido(s), número do Pregão e/ou do Contrato, lote e outros;

IV - Apresentar juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, durante o período de fornecimento à contratante, Certidão firmando Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Lei nº 8.212/91, devidamente atualizada e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRRF, expedido pela



Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei nº 8.036/90, devidamente atualizado para atestar seu adimplemento perante os órgãos competentes.

V - Substituir no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ajustado, os produtos danificados, fora de padrão ou de qualidade duvidosa, sempre que se fizer necessário;

VI - Permitir e facilitar a fiscalização prévia dos serviços, sempre que o CONTRATANTE considerar necessário;

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

I - A cumprir todas as cláusulas e condições previstas nesta Ata, disponibilizando funcionário para a recepção e conferência do objeto desta Ata e tudo o mais necessário para o desempenho da entrega feita pela CONTRATADA;

II - Efetuar os pagamentos na forma convencionada na cláusula quinta.

#### CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, pela CONTRATANTE, de ofício, das sanções relacionadas a seguir:

I - Advertência;

II - Multa moratória, compensatória e cláusula penal;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo Primeiro** - A advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do CONTRATANTE, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

**Parágrafo Segundo** - O atraso injustificado na execução da Ata sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, à multa moratória, de ofício, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega/disponibilização, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.

**Parágrafo Terceiro** - Além da multa moratória no parágrafo anterior, poderá ser aplicada pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor desta Ata, fixada a critério da CONTRATANTE, em função da gravidade apurada.

**Parágrafo Quarto** - Pela rescisão da Ata por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, será aplicada, ainda, cláusula penal de 20% (vinte por cento) do valor da Ata.

**Parágrafo Quinto** - As multas e sanções, exceto a de mora, serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o contraditório e à ampla defesa, e a importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou será descontada das faturas a serem pagas.

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA se obriga, com fulcro no artigo 416, parágrafo único, do Código Civil, a indenizar integralmente a CONTRATANTE, caso a multa compensatória e cláusula penal previstas nos parágrafos precedentes (Parágrafo Terceiro e Parágrafo Quarto retro) sejam insuficientes à recomposição integral do prejuízo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial da Ata enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 58 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;



**Parágrafo Segundo** - A rescisão da Ata poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da *CONTRATANTE*, nos casos enumerados nos incisos I a XIII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se o *CONTRATADO* no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta Ata desde que haja conveniência para a *CONTRATANTE*, ou

III - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Parágrafo Terceiro** - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização estrita e fundamentada da autoridade competente.

**Parágrafo Quarto** - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do *CONTRATADO*, fica o *CONTRATANTE* autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DOS ENCARGOS**

Todos os encargos decorrentes da execução da presente Ata, seja eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusiva da *CONTRATADA*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos desta Ata, a *CONTRATANTE* terá a garantia de executar a *CONTRATADA* no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e acompanhamento da presente Ata serão realizados pelo Sr. *FÁBIO ANTONIO BATISTA DA ROSA*, Chefe do Departamento Municipal de Compras, Licitações e Contratos, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do *CONTRATADO* por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade do *CONTRATANTE* ou de seus agentes prepostos.

**Parágrafo Segundo:** O *CONTRATANTE* se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta do *CONTRATADO*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 3.931, de 19 de setembro de 2001, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos desta Ata reger-se-ão pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL**

Fica fazendo parte integrante deste instrumento de Ata, independentemente de transcrição, e para que produza todos os efeitos legais, principalmente a Ata da sessão pública de processamento do Pregão Presencial nº 070/2016 (PMRC) - Registro de Preços, além dos atos convocatórios da licitação, proposta da *CONTRATADA*, bem como os demais documentos produzidos em função do processo licitatório referido.



**Parágrafo Primeiro:** Serão incorporados a esta Ata, mediante Termo Aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA e eventuais alterações nos prazos de entrega e vigência, bem como eventuais acréscimos ou supressões das quantidades contratadas, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

**Parágrafo Segundo:** Os preços poderão ser reajustados nos termos do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, combinado com o Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA – DA PUBLICAÇÃO

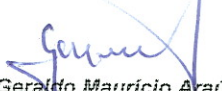
O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

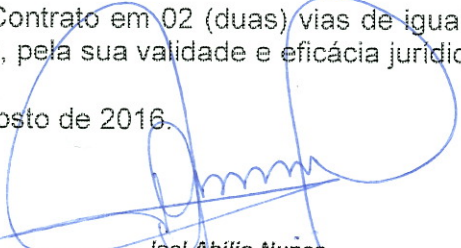
#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO


O foro do presente Contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas, pela sua validade e eficácia jurídica.

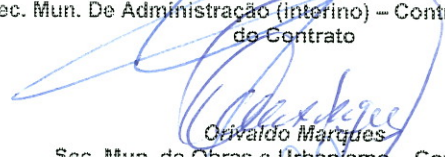
Ribeirão Claro-PR, 22 de Agosto de 2016.

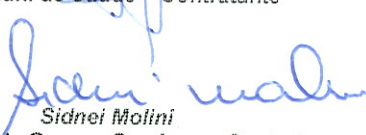
  
Geraldo Maurício Araújo  
Prefeito Municipal – Contratante

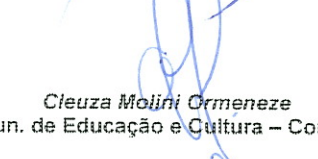
  
Joel Abílio Nunes  
Sec. Mun. de Finanças (interino) – Contratante


  
Fábio Antonio Batista da Rosa  
Sec. Mun. De Administração (interino) – Contratante e Gestor  
do Contrato

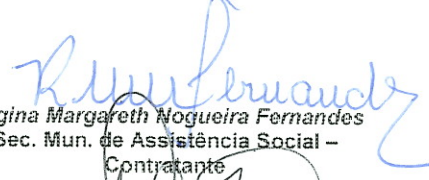
  
Ana Maria Baggio Molini  
Sec. Mun. de Saúde – Contratante

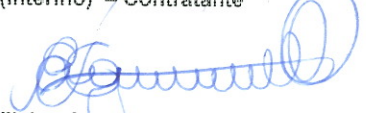
  
Orivaldo Marques  
Sec. Mun. de Obras e Urbanismo – Contratante

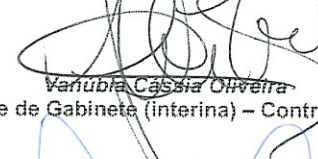
  
Sidnei Molini  
Sec. Mun., Ind., Com., e Serviços – Contratante


  
Cleuza Molini Ormeneze  
Sec. Mun. de Educação e Cultura – Contratante

  
Benício Mareca  
Sec. Mun. de Agricult., Pec., Pesca e Abastecimento  
(interino) – Contratante

  
Regina Margareth Nogueira Fernandes  
Sec. Mun. de Assistência Social –  
Contratante

  
Edilaine Cavaliéri Faganelli  
Sec. Mun. de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Lazer –  
Contratante

  
Vanúbia Cassia Oliveira  
Chefe de Gabinete (interina) – Contratante

  
Luiz Fernando Brunhari  
Maestro Comercial de Produtos Alimentícios EIRELI - ME  
– Contratada

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_

# Alteração "dos poderes" do TCE aumenta responsabilidade das câmaras e da população

do Folha Extra  
Muitas pessoas não sabem o que são processos licitatórios

e como eles influenciam nas contas do município e na vida da população.

Processos licitatórios ocorrem quando a administração pública quer adquirir algo ou contratar algum serviço em prol da população e faz cotação com duas ou mais empresas para saber qual preço é mais vantajoso para o orçamento disponível.

Diante dessas propostas feitas pelos fornecedores, vence quem tem o menor preço. Porém ocasionalmente há processos de licitação onde ocorrem fraudes que causam prejuízos ao erário, dando vantagem para empresas que superfaturam o preço, ou seja, colocam um preço elevado, mas ganham a licitação por terem algum vínculo com pessoas do órgão contratante.

Em alguns casos, quando não há empresas próximas, ou quando é constatado que só há uma possibilidade mais viável, então é aprovada a licitação mesmo sem competitividade, mas tudo isso deve ser devidamente comprovado.

### QUEM FISCALIZA?

Para inibir essas falcatruas, o TCE (Tribunal de Contas

do Estado) fazia a fiscalização dessas licitações e punia os líderes do executivo, por meio de embargo na compra, multas aos prefeitos, investigações e até mesmo afastamento de funcionários que contribuíram para as más decisões. Além, é claro, da impossibilidade daquele gestor se reeleger novamente e cometer as mesmas fraudes.

Contudo uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada determinou que a prestação de contas de prefeitos como gestor deverá ser analisada, em definitivo, não mais pelos TCs, mas pelas câmaras municipais. Logo, se o Poder Legislativo decidir que uma licitação, mesmo que dolosa, é autêntica e legal, ela é aprovada sem mais delongas.

A decisão foi totalmente inaceitável para o TCE que perdeu o poder de ser o inibidor externo de decisões fraudadas das prefeituras. Tamanha indignação que o presidente do TCE do Paraná, Ivan Bonilha foi a Brasília expressar o descontentamento com a decisão. "Vemos essa decisão como um retrocesso, uma afronta à Lei da Ficha Limpa, na medida em que troca um julgamento de caráter técnico pelo julgamento político".

"Aquele mau gestor que está denunciado no Tribunal

Regional Eleitoral poderá se prevalecer da decisão e recorrer à Justiça, garantindo uma candidatura até então inviável. E, eleito, volta a praticar os mesmos atos que levaram as suas contas a serem reprovadas", lamentou o presidente do TCE-PR.

### EM QUEM CONFIAR?

Como o controle externo do TCE não tem mais jurisdição sobre as licitações municipais, o órgão criou uma maneira de estar fiscalizando através dos olhos de quem é o maior interessado nas contas públicas: o cidadão.

Através do "Observatório Social" qualquer pessoa de maneira partidária e democrática pode estar presente nas reuniões de comissão licitatória, da câmara ou de qualquer ato que envolva

a administração pública, a entrega de serviços e produtos, se o tempo determinado está sendo cumprido e se o serviço é de qualidade. Além de acompanhar, tem o direito também de impugnar qualquer ação que julgar estar sendo feita de maneira suspeita.

O cidadão que se torna observador transforma sua indignação em uma atitude formalizada em favor da transparência e qualidade das aplicações dos recursos públicos.

Antes a comissão do observatório era formada somente por pessoas aposentadas, que estavam a par das contas públicas e realizavam esse "pente fino" sobre as decisões das prefeituras. Hoje já tem estudantes e empresários fiscalizando,

comparecendo as reuniões e dando sua opinião, até porque o dinheiro é público então seu uso deve passar pela aprovação da população.

### NÃO ADIANTA SÓ RECLAMAR

Essa fiscalização tem de ser constante e através dos editais publicados pelo jornal oficial é possível saber toda a agenda das prefeituras que devem,

obrigatoriamente, publicar com 7 dias de antecedência, qualquer ato de licitação ou compra importante com preços já anexados.

Através do site do TCE, no espaço reservado ao cidadão é possível realizar consultas de representantes políticos e também fazer denúncias através da ouvidoria.

VANESSA LOPES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO ESTADO DO PARANÁ**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2016 – (PMRC)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 09.268.008/0001-08  
CONTRATADA: A G ROSSATO – DISTRIBUIDORA - ME  
CNPJ/MF: 22.499.940/0001-00  
OBJETO: A possível aquisição de gêneros alimentícios diversos, para uso nas Secretarias, Departamentos e Unidades Municipais, pelo período de 06 (seis) meses.  
VALOR: R\$ 9.773,02 (nove mil, setecentos e setenta e três reais e dois centavos).  
PAGAMENTO: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos produtos mediante apresentação de Nota Fiscal.  
VIGÊNCIA: 23 de Agosto de 2016 a 22 de Fevereiro de 2016.  
ASSINATURA: 22 de Agosto de 2016.  
FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.  
Ribeirão Claro, 22 de Agosto de 2016.  
Geraldo Maurício Araújo  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO ESTADO DO PARANÁ**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016 – (PMRC)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 09.268.008/0001-08  
CONTRATADA: MAESTRO COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME  
CNPJ/MF: 22.895.723/0001-39  
OBJETO: A possível aquisição de gêneros alimentícios diversos, para uso nas Secretarias, Departamentos e Unidades Municipais, pelo período de 06 (seis) meses.  
VALOR: R\$ 8.090,54 (oito mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).  
PAGAMENTO: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos produtos mediante apresentação de Nota Fiscal.  
VIGÊNCIA: 23 de Agosto de 2016 a 22 de Fevereiro de 2016.  
ASSINATURA: 22 de Agosto de 2016.  
FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.  
Ribeirão Claro, 22 de Agosto de 2016.  
Geraldo Maurício Araújo  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO ESTADO DO PARANÁ**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2016 – (PMRC)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 09.268.008/0001-08  
CONTRATADA: LETTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ/MF: 13.258.144/0001-94  
OBJETO: A possível aquisição de gêneros alimentícios diversos, para uso nas Secretarias, Departamentos e Unidades Municipais, pelo período de 06 (seis) meses.  
VALOR: R\$ 17.070,70 (dezesete mil e setenta reais e setenta centavos).  
PAGAMENTO: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos produtos mediante apresentação de Nota Fiscal.  
VIGÊNCIA: 23 de Agosto de 2016 a 22 de Fevereiro de 2016.  
ASSINATURA: 22 de Agosto de 2016.  
FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.  
Ribeirão Claro, 22 de Agosto de 2016.  
Geraldo Maurício Araújo  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO ESTADO DO PARANÁ**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2016 – (PMRC)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ  
CNPJ/MF: 09.268.008/0001-08  
CONTRATADA: TEREZA ERNESTINA DAYEH – ME  
CNPJ/MF: 78.767.480/0001-08  
OBJETO: A possível aquisição de gêneros alimentícios diversos, para uso nas Secretarias, Departamentos e Unidades Municipais, pelo período de 06 (seis) meses.  
VALOR: R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais).  
PAGAMENTO: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos produtos mediante apresentação de Nota Fiscal.  
VIGÊNCIA: 23 de Agosto de 2016 a 22 de Fevereiro de 2016.  
ASSINATURA: 22 de Agosto de 2016.  
FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.  
Ribeirão Claro, 22 de Agosto de 2016.  
Geraldo Maurício Araújo  
Prefeito Municipal

**Pérola do Norte**  
A imparcialidade na Notícias

**Expediente**  
Editora Jacarezinho LTDA-ME - CNPJ: 06.330.639/0001-11  
Redação: Rua Levy Baldassary, 826  
Jacarezinho-PR - Fone: (43) 3527-1044 ou (43)8812-0531

Diretor: Nelson Sebastião da Silva/Jornalista: Sérgio da Silva Batista  
MTB Nº 0008517/PR - Diagramação: Rita de Cássia Pansanato  
Email: jornalperoladonorte@hotmail.com  
Impressão: Gráfica Valente/ Faturra-SP  
Endereço: Rua Gerônimo de Andrade, Nº 461 - Centro  
Fone: (14) 3382-1666

\* A direção do jornal não se responsabiliza por artigos assinados que necessariamente não expressam a opinião deste veículo de comunicação.

**CIRCUNSCRIÇÃO**  
Abatia, André, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Camburá, Carópolis, Conselheiro Marínck, Comêlio Procópio, Curitiba, Figueira, Guapirama, Ibaté, Igarassá, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Pinhão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, São José da Boa Vista, Tomazina e Wenceslau Braz.

**Filiado: ADJORI-PR**  
Associação dos Jornais e Revistas do Estado do Paraná  
Rua Professor Victor do Amaral, 130 Centro - IRATI - PR/CEP: 84500-000  
Agente que habita no endereço do ADJORI-PR é membro do Orgão de Comunicação.